



A INVENÇÃO BRANCA DA LIBERDADE NEGRA: MEMÓRIA SOCIAL DA ABOLIÇÃO EM PORTO ALEGRE

Maria Angélica Zubaran*

Universidade Luterana do Brasil – Ulbra

angeliczubaran@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar como uma memória social da abolição foi construída pelas elites políticas regionais em Porto Alegre, durante a “libertação dos escravos” em sete de setembro de 1884, quase quatro anos antes da abolição nacional e na mesma data da independência nacional. Defendo que as elites políticas regionais construíram um discurso abolicionista que se apropriou das narrativas de um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses para legitimar a estratégia das emancipações condicionais. Por outro lado, argumento que a narrativa dominante sobre a abolição em Porto Alegre ocultou a participação de abolicionistas afrodescendentes e de sociedades negras e produziu uma invenção branca da liberdade negra.

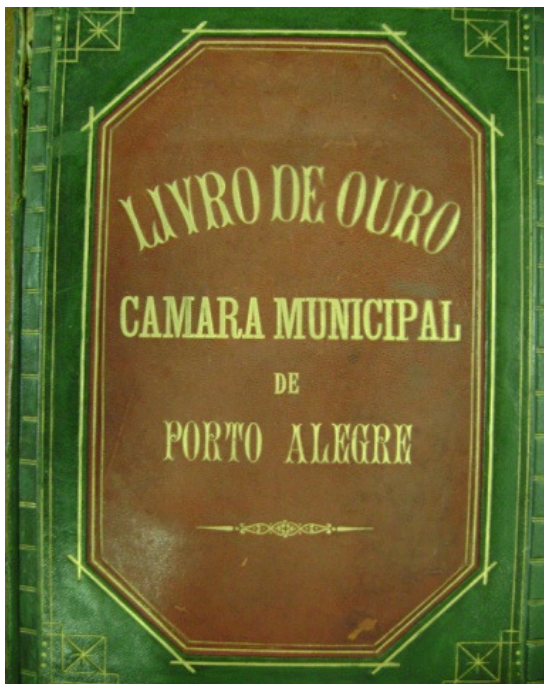
PALAVRAS-CHAVE: Memória Social – Abolição – Afro-brasileiros

ABSTRACT: The aim of this paper is to investigate how a social memory of abolition was constructed by the regional elites in Porto Alegre, during the “liberation of slaves” on the 7th of September, 1884, on the same date of national independence and almost four years before the national abolition. I argue that the regional elites had constructed an abolitionist discourse which appropriated the narratives of a glorious past of Rio-grandense libertarian traditions in order to legitimize their abolitionist strategy of conditional manumissions and to keep social control of freed people after abolition. On the other hand, this dominant narrative of abolition omitted the participation of Afro-Brazilians and black societies and produced a white invention of black freedom.

KEYWORDS: Social Memory – Abolition – Afro-brazilians.

* Professora do Curso de História e do Mestrado em Educação da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, RS. Doutora em História pela State University of New York, Pós-doutorado no Birkbeck College, University of London.

A presente análise do discurso abolicionista regional foi em grande parte inspirada pelas discussões de Sandra Pesavento sobre o caráter de invenção da sociedade gaúcha e da construção da identidade regional no Rio Grande do Sul. Em seu ensaio, **A Invenção da Sociedade Gaúcha**, Sandra Pesavento sublinha que desde as origens o Rio Grande do Sul definiu-se pela sua vocação nacional, como “sentinela da fronteira” e defensor da pátria e que no tocante à opção político-ideológica, os gaúchos definiram-se como naturalmente liberais, ou mais do que isso, como libertários.¹ Esses traços sublinhados por Sandra Pesavento na invenção da sociedade gaúcha são também marcantes no discurso abolicionista regional. Argumento que as elites políticas regionais construíram um discurso regional abolicionista que se apropriou das narrativas de um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses para legitimar a estratégia da emancipação condicional promovida pelo movimento emancipacionista de 1884. Esse discurso regional abolicionista circulou na imprensa local, nas atas da Câmara Municipal de Porto Alegre e nas falas do Presidente da Província e esteve associado a um



conjunto de símbolos construídos em torno do marco abolicionista de 1884. Entre esses símbolos abolicionistas destacam-se: a criação de uma bandeira, de um hino abolicionista e de um “Livro de Ouro”, exemplos do que Jacques Le Goff chamou de “documento/monumento”, produzidos para perpetuar a versão dos vencedores às futuras gerações, neste caso, para assegurar a produção de uma memória social oficial da abolição em Porto Alegre.² O **Livro de Ouro**, cuja capa reproduzo abaixo, foi criado por disposição da Câmara Municipal

de Porto Alegre para o registro das sessões especiais da Câmara e destacou a data de 07/09/1884, como data oficial da libertação dos escravos em Porto Alegre. Foi no Livro

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção da Sociedade Gaúcha. **Ensaio FEE**, 14/2(1993), p. 390.

² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

de Ouro que os abolicionistas rio-grandenses registraram a proposta para o “Campo do Bonfim” passar a chamar-se “Campo da Redenção”.

Apesar da evidência de diferentes versões de discursos abolicionistas, particularmente, os veiculados pelos partidos Conservador, Liberal e Republicano, concordo com Helga Piccolo, quando afirma que as divergências entre os partidos eram apenas aparentes, pois “[...] a todos interessava evitar a desorganização da produção e garantir o controle social sobre o trabalhador”.³ Ademais, foi constante nesse discurso abolicionista regional a omissão da participação dos africanos e afrodescendentes no processo abolicionista. Nesse sentido, David Blight afirma que o estudo da memória social pode ser definido como o estudo da disputa cultural de verdades contestadas ou de textos que apresentam versões antagônicas do passado, que são postas a serviço do presente.⁴

Destaco em primeiro lugar, o silêncio do discurso abolicionista regional em relação à participação dos afrodescendentes no processo da abolição da escravidão em Porto Alegre. Particularmente, o ocultamento sobre a participação das sociedades abolicionistas negras no processo abolicionista de Porto Alegre, entre elas, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora e a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade.

A Confraria de Nossa Senhora do Rosário, fundada em Porto Alegre em 1786 e constituída na sua maioria por negros livres e escravos, participou da campanha pela libertação de escravos e doou cartas de alforria nas missas que celebrava na Igreja do Rosário.⁵ A Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, uma das mais importantes sociedades negras de Porto Alegre fundada em 1872 e até hoje em funcionamento, participou da campanha pela emancipação e se apresentava com sua banda musical nas reuniões públicas dos abolicionistas.⁶ Essa sociedade negra possuía um Centro Dramático que encenava peças teatrais, particularmente, do dramaturgo negro Arthur Rocha, que expressou sua posição abolicionista tanto no jornal **O Artista**, quanto em

³ PICCOLO, Helga. **O Discurso Abolicionista no Rio Grande do Sul**. 1989. Não publicado.

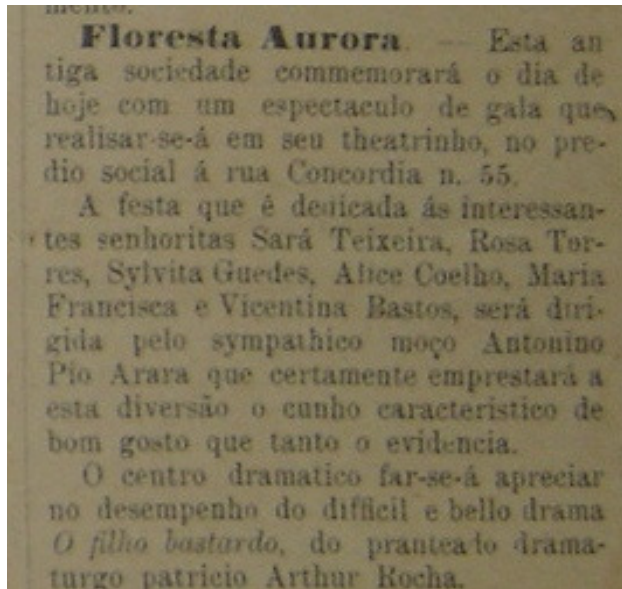
⁴ BLIGHT, David W. W. E. B. Du Bois and the Struggle for American Historical Memory. In: FABRE, Geneviève; O’MEALL, Robert. (Orgs.). **History and Memory in African-American Culture**. New York: Oxford University Press, 1994, 45-71.

⁵ MÜLLER, Liane Susan. As contas do meu Rosário são balas de Artilharia. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha. (Orgs.). **RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

⁶ Cf. **FOLHA DA Tarde**, p. 4, 12 de maio de 1888.

suas peças teatrais, particularmente, nos drama **O Filho Bastardo** e **A Filha da Escrava**.⁷

A Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade, fundada em 1883, composta exclusivamente por escravos, comunicou ter alforriado 54 escravos até fevereiro de



O Exemplo, 13/maio/1904

1884.⁸ De acordo com Paulo Staudt Moreira, essa sociedade tinha como única finalidade “[...] promover a libertação de seus sócios escravos”.⁹

Destaco também a ausência de referências às lideranças afrodescendentes no discurso abolicionista rio-grandense. Maria Helena Machado chamou atenção para a participação de afro-brasileiros nos movimentos abolicionistas do Rio de Janeiro e São Paulo, entre eles: José do Patrocínio, Luís Gama e Quintino de Lacerda.¹⁰ George Reid Andrews destacou a participação de afro-brasileiros na abolição no nordeste, entre eles: os libertos Francisco do Nascimento e José Napoleão no Ceará e na Bahia o médico afro-brasileiro Luis Anselmo da Fonseca.¹¹ No Rio Grande do Sul, o cronista local Achylles Porto Alegre registrou o papel do afrodescendente Soter Caio da Silva, como advogado abolicionista e defensor da liberdade de escravos no Rio Grande do Sul. Assim se manifestou esse cronista:

Por ocasião do movimento emancipador que agitou o país, Soter Caio da Silva, descendente imediato da raça infeliz [sic] que gemia sob o jugo da escravidão, colocou a sua inteligência e a sua modesta bolsa a serviço da obra humanitária, que teve a 13 de maio o seu remate

⁷ SANTOS, Isabel Silveira. **Abram-se as Cortinas: Representações Étnico-Raciais de Negros (as) e Pedagogias Abolicionistas no Teatro de Arthur Rocha**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, 2009.

⁸ **O MERCANTIL**, p. 2, 2 fev. 1884.

⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano**. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p. 127.

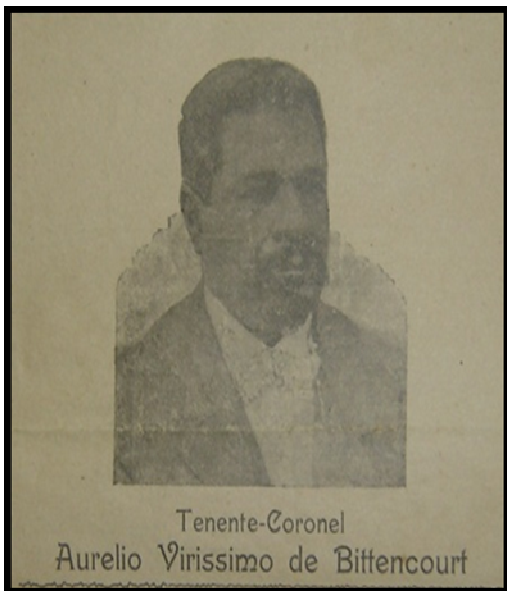
¹⁰ MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

¹¹ ANDREWS, George Reid. **Afro-Latin America (1800-2000)**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

glorioso. Como advogado, muito fez em prol do elemento servil, alcançando a liberdade de muitos escravos e a ira satânica dos senhores [...].¹²

Na década de 1880, o nome de Soter Caio da Silva aparece como curador em cinco Ações de Liberdade no Juizado de Órfãos de Porto Alegre: arbitramento da escrava Anna (1884), do “preto” Militão (1884), da “parda” Camila (1884), do africano Roberto (1885) e do “preto” Florindo (1887) e também como perito de avaliação do preço de escravos no Juízo de Direito da Segunda Vara de Porto Alegre.¹³ Seu nome consta também como um dos membros do diretório do Centro Abolicionista de Porto Alegre.

Outro abolicionista afrodescendente, cuja participação na abolição em Porto



Alegre foi minimizada no discurso abolicionista regional, mas amplamente divulgada na imprensa negra foi o tenente coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, sócio da Sociedade Floresta Aurora e da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, membro da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense e apontado pelo jornal negro **O Exemplo**, como “porta-voz dos primeiros ativistas que saudaram a aurora da emancipação”.¹⁴ Seu nome aparece também como um dos membros do diretório do Centro Abolicionista de Porto Alegre.

O Exemplo, 13/maio/1904

Nesse sentido, interpreto essa narrativa dominante sobre a abolição em Porto Alegre, como “uma invenção branca da liberdade negra”, tendo em vista que foi produto seletivo do imaginário social das elites brancas e que exerceu um impacto considerável na historiografia tradicional sobre a abolição no Rio Grande do Sul. Entretanto, contribuições mais recentes ao estudo da abolição no Rio Grande do Sul

¹² PORTO ALEGRE, Achylles. **Noutros tempos**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1922, p. 173.

¹³ ZUBARAN, Maria Angélica. Os Escravos e as Ações de Liberdade no Rio Grande do Sul: Apropriações da Lei de 1871. In: ROCHA, Márcia Medeiros (Org.). **IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006, p. 223-235.

¹⁴ **O EXEMPLO**, p. 2, 13 de maio, 1904.

apresentam uma visão mais complexa do papel dos afrodescendentes no processo de emancipação da escravidão na Província.¹⁵

BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA

O movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Sul intensificou-se na década de 1880. Entre 1883 e 1884, durante o chamado “biênio abolicionista”, a propaganda abolicionista foi discutida publicamente na imprensa local, no **Jornal do Comércio, A Reforma, A Federação, O Mercantil e O Século**.

A década de 1880 foi marcada pela emergência de sociedades emancipacionistas em Porto Alegre, tais como: a Sociedade Emancipadora Rio Branco (1881), a Seção Abolicionista do Partenon Literário (1883) a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade (1883), a Libertadora Mercantil (1883) e o Centro Abolicionista de Porto Alegre (1883). No interior da Província, simultaneamente ao movimento emancipacionista da capital organizavam-se sociedades abolicionistas locais.

Em 1883, os partidos políticos da Província, o Conservador, o Liberal e Republicano, reconheciam a necessidade de abolir “a instituição maligna”, mas discordavam no modo de conduzi-la. Nessa época, o líder liberal Silveira Martins passou a defender a abolição da escravidão através de contratos de serviço entre os senhores e seus ex-escravos. Os conservadores, através do jornal, **O Conservador**, atacavam a posição abolicionista dos Liberais e os acusavam de ameaçar a ordem social e de provocar a “erupção do vulcão”. Para a maioria dos conservadores, era suficiente esperar os efeitos da Lei do Ventre Livre e as emancipações voluntárias de particulares. Já o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sob a liderança de Júlio de Castilhos, apesar de inicialmente defender a liberdade imediata sem indenização, terminou

¹⁵ Sobre este assunto, consultar:

BAKOS, Margaret. **RS: Escravidão e Abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LONER, Beatriz. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha. (Orgs.). **RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

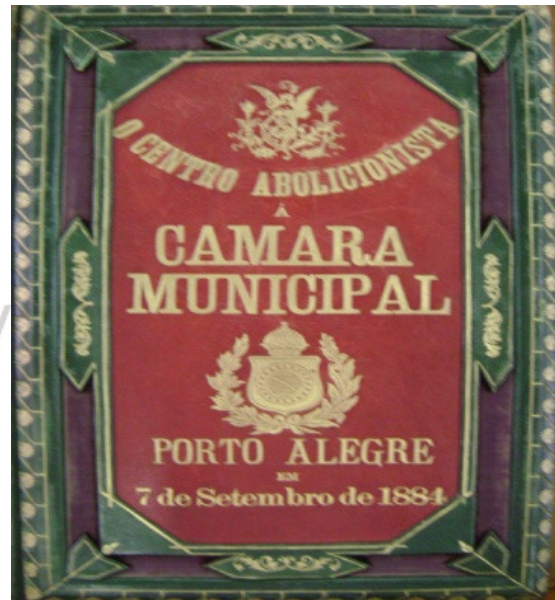
MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Slaves and Contratados: The Politics of Freedom in Rio Grande do Sul, Brazil, 1865-1888**. Tese (Doutorado em História). State University of New York, 1998.

apoiando a estratégia política dos Liberais de abolição condicional com cláusulas de prestação de serviço.

O Centro Abolicionista de Porto Alegre, fundado em setembro de 1883, pela iniciativa dos liberais Joaquim de Salles Torres Homem e Júlio César Leal, ambos da seção abolicionista do Partenon Literário¹⁶ e sob a presidência do coronel Joaquim Pedro Salgado, também liberal, assumiu a liderança da Campanha Abolicionista em Porto Alegre. Entre os símbolos principais do Centro Abolicionista constava uma bandeira vermelha com o lema bordado: “a liberdade humana não pode ser comprada ou vendida”.¹⁷ No entanto, o compromisso político assumido entre liberais, republicanos e conservadores dissidentes reunidos no Centro Abolicionista, privilegiou a idéia da liberdade condicional a ser indenizada através dos contratos de serviço e criou a figura do contratado, um status intermediário entre a escravidão e a liberdade, tendo em vista que a liberdade não era imediata e completa, mas condicionada à prestação de serviços dos ex-escravos aos seus ex-senhores, por um período de até sete anos.

Os abolicionistas do Centro Abolicionista entendiam que os libertos não trabalhariam a não ser coagidos por seus ex-senhores, como ilustra a declaração que segue: “O Centro Abolicionista pensa



que não podemos libertar o escravo sem controlar a maioria dos libertos, que de outra forma, cairão na vagabundagem e na criminalidade [...]”.¹⁸ A seguir reproduzo a capa do livro que o Centro Abolicionista doou à Câmara Municipal e que contém as atas que trazem a história oficial do Centro Abolicionista.

Em 1884, encorajados pelas vitórias abolicionistas no Amazonas e no Ceará, os abolicionistas rio-grandenses reunidos no Centro Abolicionista organizaram a chamada

¹⁶ A sociedade literária “Partenon Literário” foi fundada em 18 de junho de 1868 em Porto Alegre, reunindo a elite intelectual da Província. Em 1883, por proposta de Joaquim Salles Torres Homem e Júlio Cezar Leal instalou-se uma seção abolicionista no Partenon Literário que concedeu cartas de alforria a escravos da província.

¹⁷ **A ORDEM**, p. 2, 4 de setembro, 1884.

¹⁸ **JORNAL DO Comércio**, p. 3, 2 de outubro, 1884

“jornada abolicionista” de 12 a 18 de agosto de 1884. O Centro Abolicionista de Porto Alegre criou comissões de libertação para percorrer os bairros e subúrbios da capital, dirigindo-se de casa em casa, para persuadir os donos de escravos urbanos a libertarem seus escravos e conceder-lhes cartas de alforria. Aparentemente, as comissões de libertação não encontraram resistência, pois na primeira semana de setembro de 1884, Porto Alegre foi declarada “cidade livre”, quase quatro anos antes da abolição nacional.



O Século 7/setembro/1884

No jornal **O Século**, do dia 7/setembro/1884, data da “libertação” dos escravos em Porto Alegre, a liberdade foi representada através da imagem de uma figura feminina, branca, vestida à romana, de sandálias, na cabeça o barrete frígio vermelho, símbolo republicano, na mão esquerda a bandeira do Rio Grande do Sul e no fundo, o sol raiando no horizonte na data da independência corroborava a imagem de uma abolição rio-grandense patriótica. No chão jaziam os grilhões partidos, símbolos da abolição da escravidão. De acordo com José Murilo de Carvalho, “até o final do século, jornais e revistas não se afastaram desse

modelo estabelecido pela Revista Ilustrada” para representar a liberdade.¹⁹

Os políticos rio-grandenses, liberais, conservadores dissidentes e republicanos, acordaram um compromisso político para emancipar os escravos da província concedendo-lhes emancipação condicional, que idealmente impediria os libertos de se entregarem à “vadiagem” e permitiria que seus senhores continuassem a utilizá-los ao mesmo tempo em que os declaravam nominalmente livres. A seguir analiso o discurso abolicionista regional, seus argumentos e representações mais recorrentes.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 80.

O DISCURSO ABOLICIONISTA REGIONAL

Um dos aspectos relevantes do discurso abolicionista regional foi o caráter de nacionalismo e patriotismo atribuído à concessão de alforrias, que corrobora a vocação patriótica dos gaúchos na defesa do território nacional desde os tempos coloniais. As palavras do Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros, ao Presidente do Centro Abolicionista, em sete de setembro de 1884, são ilustrativas: Que maior triunfo – Senhores do Centro Abolicionista! A obra está consumada e a cidade, o município e a Província estão em galas. Espetáculo novo, surpreendente, indescritível e só explicável por essa paixão da liberdade que exalta o patriotismo rio-grandense...²⁰

Para Sandra Pesavento, esse discurso da vocação patriótica dos gaúchos foi construído em meio a conflitos armados contra os espanhóis pelo controle do Rio da Prata e a questões de fronteira não resolvidas. A autora afirma que “[...] a origem militar-fronteiriça da sociedade gaúcha deu-lhe, desde logo, um atributo fundamental: a região muito cedo se definiu em termos de opção da nacionalidade”.²¹ De acordo com Pesavento, as elites regionais, desde cedo, apresentaram-se como as “sentinelas da nação”, vigilantes na defesa do território nacional contra as invasões estrangeiras. Parece-nos que essa noção foi apropriada e ressignificada pelas elites abolicionistas regionais na construção do discurso abolicionista regional. Nas análises dos republicanos, no jornal **A Federação**, a ameaça do inimigo externo era substituída pela ameaça da escravidão:

É urgente proclamar que esta Província, tem sido em todos os tempos a sentinela avançada da dignidade nacional, que não deixa medrar no seu solo a instituição negra, que conspurca a honra da pátria mais do que as afrontas do estrangeiro inimigo.²²

Como afirma Sandra Pesavento: “[...] os conflitos são projetados para o exterior numa luta simbólica contra o “estrangeiro” e continuamente reatualizados através dos tempos, o que reforça a identidade regional”.²³

Outra marca do discurso abolicionista regional foi a construção da noção da emancipação pioneira na Província, apesar do Ceará e do Amazonas terem abolido a escravidão antes do Rio Grande do Sul. Para construir essa noção da emancipação

²⁰ **A REFORMA**, p. 2, 7 de setembro, 1884.

²¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção da Sociedade Gaúcha. **Ensaio FEE** 14/2(1993), p.388.

²² **A FEDERAÇÃO**, p. 1, 8 de agosto, 1884.

²³ PESAVENTO, 1993, op. cit., p. 391.

pioneira as elites recorreram às tradições históricas libertárias dos rio-grandenses, que remontam à Revolução Farroupilha (1835-1845), a mais longa guerra civil do império. O segundo evento apropriado pelo discurso abolicionista regional para produzir a imagem de uma emancipação pioneira no Rio Grande foi a iniciativa da seção abolicionista “Partenon Literário”, que criou em 1869 a “Sociedade Libertadora”, destinada à libertação de crianças escravas em Porto Alegre. Portanto, no discurso abolicionista regional, o Rio Grande do Sul era considerado o pioneiro da abolição devido à sua tradição “liberal e libertadora” e aparecia como o exemplo a ser seguido pelo resto do país, assim como Porto Alegre fora para as outras cidades da Província, como ilustra o editorial ufanista do **Jornal do Comércio**, em 1884:

A civilizada capital do Rio Grande do Sul está dando exemplo às outras cidades da Província e do Império que ainda não emanciparam [seus escravos]. A oportunidade havia chegado para todos. Porto Alegre deveria fazer ainda mais que outras cidades do Império haviam feito, porque sempre foi aqui, às margens do majestoso Guaíba e debaixo deste céu que a liberdade no Brasil fez os seus foros inquebrantáveis [...].²⁴

Outro aspecto recorrente do discurso abolicionista regional foi a imagem da abolição pacífica, que enfatizava a harmonia entre os partidos políticos e a ausência de conflitos sociais e que buscava manter os vínculos entre “protetores” e “dependentes” após a abolição. O editorial do **Jornal do Comércio** afirmava: “Somos todos homens e irmãos, pertencemos a uma mesma família, e, portanto, temos os mesmos direitos e as mesmas faculdades naturais [...]”.²⁵ Este aspecto da tradição igualitária dos gaúchos e das supostas relações de camaradagem entre senhores e escravos na sociedade escravista rio-grandense aparece com frequência nas narrativas dos viajantes estrangeiros que visitaram a Província no século XIX e foi também marcante no discurso abolicionista regional, como transparece no discurso do presidente da Província, Rodrigo de Azambuja Villanova:

Não creio que nesta província possam aparecer maiores dificuldades sobre a conveniente acomodação dos libertos, que hão de preferir em sua grande maioria acompanhar os seus antigos benfeitores, porque no Rio Grande do Sul a escravidão foi sempre uma instituição familiar, participando o escravo de todas as vantagens dos senhores, aos quais

24 **A FEDERAÇÃO**, p. 1, 9 de agosto, 1884.

25 **JORNAL DO Comércio**, p. 2, 18 de agosto, 1884.

devem estar hoje presos pelos laços de gratidão e de cuja inteligência e experiência não podem prescindir.²⁶

Outro traço do discurso abolicionista regional foi a idéia da ausência de emancipações onerosas no movimento de libertação dos escravos de Porto Alegre. As alforrias foram representadas como atos caridosos de generosos senhores de escravos.

Honra ao povo do Rio Grande, que se esquecendo de distinções partidárias, movido por reflexão, libertou seus escravos sem cometer tropelias e sem receber dinheiro a troco de criaturas humanas [...].²⁷

No entanto, pesquisas recentes revelam um grande número de alforrias condicionais à prestação de serviços e um número ainda maior de alforrias compradas pelos próprios escravos no movimento abolicionista de 1884.²⁸

De acordo com James Scott, o ocultamento é um recurso simbólico utilizado pelas elites na cena pública, quando certos fatos sociais amplamente sabidos, mas que podem comprometer a imagem pública das elites não são mencionados.²⁹ Nessa mesma direção Sandra Pesavento apropriou-se das discussões de Christophe Charles e de sua noção de “amnésia de gênese” para salientar o esquecimento do processo que levou à marginalização e ao emboprecimento do homem do campo na invenção da identidade do gaúcho e que enfatizou aspectos míticos e idealizados das tradições gaúchas e empurrou o conflito social para fora do contexto regional.³⁰

Esse ocultamento manifestou-se também no discurso abolicionista das elites regionais que minimizaram as emancipações condicionais e nem se quer mencionaram as alforrias pagas. Tudo se passou como se a Província tivesse abolido a escravidão sem indenizações, fruto da caridade dos proprietários de escravos rio-grandenses. Nessa direção, de encobrir e minimizar o aspecto das alforrias condicionais o Presidente da Província pronunciava-se em seu relatório de 1885:

Felicitó-me de haver sido durante a minha administração que se operou na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul esse brilhante

²⁶ **A FEDERAÇÃO**, p. 1, 7 de setembro, 1884.

²⁷ Relatório do Presidente da Província, Júlio de Albuquerque Barros, 1885, p. 178. Não Publicado.

²⁸ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996; ZUBARAN, Maria Angélica. **Slaves and Contratados: The Politics of Freedom in Rio Grande do Sul, Brazil, 1865-1888**. Tese (Doutorado em História). State University of New York, 1998.

²⁹ SCOTT, James. **Weapons of the Weak**. New Haven: Yale University Press, 1990.

³⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção da Sociedade Gaúcha. **Ensaio FEE** 14/2(1993), p. 392-394.

movimento abolicionista. Não contribui para tão notável e auspicioso acontecimento senão a conveniência e a praticabilidade do sistema de emancipação por meio da locação ou cláusula de serviços [...] que menos generoso do que o da libertação incondicional, não o exclui e permite, que concorram todos para a emancipação na medida de suas possibilidades...³¹

A idéia do ocultamento foi também enunciada por Píccolo quando tratou da concessão das alforrias sob prestação de serviços: “A emancipação com prestação de serviços, procurava encobrir a realidade nela presente, isto é, o fato de que o estado servil não fora abolido...”.³² James Scott destaca ainda o recurso do eufemismo, empregado pelas elites para embelezar os aspectos do poder que não podem ser negados, ou para encobrir um valor negativo, como registrava o *slogan* do Presidente da Província, José Julio de Albuquerque Barros: “suprimir o escravo, preservando o trabalhador no Rio Grande do Sul”, que mascarava os aspectos coercitivos da emancipação através de contrato de serviços, dando a aparência de uma mudança neutra e cosmética.

A FESTA DA ABOLIÇÃO EM PORTO ALEGRE (1884)

Na década de 1970, Fernando Henrique Cardoso interpretou a dramatização das elites gaúchas nas celebrações abolicionistas de 1884, como uma espécie de catarse coletiva que eliminava a consciência culpada.³³ Na presente análise, o desempenho público das elites abolicionistas regionais é re-examinado na perspectiva teórica de James Scott, como “[...] um teatro coletivo, em que a conduta da elite dominante frequentemente toma parte na sua própria auto-definição”.³⁴ A festividade é, dessa forma, considerada o local simbólico onde o que deve ser esquecido é ritualisticamente separado do que deve ser lembrado, de modo a produzir uma explicação do evento comemorativo.

A “festa da abolição” em Porto Alegre durou três dias, de seis a oito de setembro de 1884, “como determinava o programa patrocinado pelo Centro Abolicionista” e pela Câmara Municipal. As autoridades militares e civis presentes às

³¹ **Relatório do Presidente da Província**, Júlio de Albuquerque Barros, 1885, p. 178. Não publicado.

³² PICCOLO, Helga. **O Discurso Abolicionista no Rio Grande do Sul**, 1989, p. 12. Não publicado.

³³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

³⁴ SCOTT, James. **Weapons of the Weak**. New Haven: Yale University Press, 1990, p. 51.

celebrações abolicionistas não deixavam dúvida de que se tratava de um evento organizado de cima para baixo, imposto pelo poder político da Câmara Municipal, talvez para fortalecer sua autoridade simbólica. Também o público presente às celebrações públicas era um grupo seletivo, composto da elite abolicionista, que se reunia no Centro Abolicionista, dos conselheiros da Assembléia Municipal, do Presidente da Província, corpo diplomático, autoridades militares e religiosas. Os cidadãos comuns compareciam como a “plateia”, a “multidão”, uma alusão necessária para legitimar o evento público. Apesar disso, os anúncios de jornais enfatizavam a participação popular e representavam a abolição como uma festa democrática.³⁵ Houve dois momentos da celebração em que “as manifestações populares” se destacaram: a Parada Cívica que percorreu as ruas da capital e a Quermesse Abolicionista na praça central Dom Pedro II. No dia seis de setembro de 1884, a imprensa Republicana comentava a respeito da Parada Abolicionista:



Às nove da noite do dia 6 de setembro, uma multidão juntou-se na Praça Senador Florêncio e saiu em passeata incorporando membros do Centro Abolicionista e dos comitês emancipacionistas, liderados pelo presidente do Centro Abolicionista e outros membros da mesma associação, com banda de música e carros conduzindo senhoras e cidadãos que participaram das ações abolicionistas. Fogos de artifício foram disparados nas ruas dos três distritos da capital e às 11 horas da noite penetraram na Câmara Municipal, profusamente iluminada.³⁶

O ponto alto do movimento emancipacionista foi à quermesse abolicionista, localizada na praça central e conduzida pelas esposas dos membros do Centro Abolicionista, nos dias sete e oito de setembro de 1884, com a intenção de levantar fundos para a emancipação dos escravos, através da venda de objetos doados pela elite da capital para esse fim. De acordo com o jornal:

A ideia de um bazar de caridade para redimir os escravos encontrou grande aceitação na população de Porto Alegre e os resultados lá estavam: treze tendas cuidadosamente adornadas e denominadas com os nomes de abolicionistas do movimento abolicionista nacional e local [...].³⁷

Entre eles, os nomes de líderes abolicionistas provinciais tais como: José Julio, presidente da Província, Silveira Martins, líder político liberal, Coronel Salgado,

³⁵ As manchetes do jornal **A Federação** enfatizavam a participação popular: “Festejos populares,” (1 de agosto, 1884); “O povo em festas” (16 de agosto, 1884); “As festas populares,” (7 de setembro, 1884).

³⁶ AS FESTAS populares. **A Federação** p. 17 de setembro, 1884.

³⁷ **A REFORMA**, p. 2, 9 de outubro, 1884.

presidente do Centro Abolicionista, Júlio de Castilhos, líder político republicano e abolicionistas nacionais como: Euzébio de Queirós, Rio Branco, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Luis Gama. Na imagem abaixo, observa-se as tendas da quermesse abolicionista de 1884 e sobre a imagem, um ramo de camélias, flor símbolo do abolicionismo.³⁸



O Século, 7 de setembro de 1884.

Na imprensa, a quermesse abolicionista foi considerada extremamente popular e “para todas as classes”.³⁹ No entanto, a maior parte dos objetos doados para a quermesse abolicionista confirmam a presença majoritária das elites na organização do evento: “um tinteiro de vidro e madre pérola, uma caixa de cetim com perfumes, um broche de ouro com pedras preciosas, um jogo de cristal, etc.”.⁴⁰

A participação das mulheres na campanha abolicionista regional foi registrada na imprensa local através de atributos socialmente reconhecidos como adequados às senhoras da elite daquela época, representadas como delicadas, generosas e doces, cuja

³⁸ De acordo com Eduardo Silva, a camélia foi o símbolo da ala radical do abolicionismo que na década de 1880 partiu para a ação direta, promovendo fugas de escravos e a criação de quilombos. (SILVA, Eduardo. Rui Barbosa e o quilombo do Leblon: uma investigação de história cultural. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_EduardoSilva_RuiBarbosa_quilombo_Leblon.pdf>.)

³⁹ **A FEDERAÇÃO**, p. 2, 9 de setembro, 1884.

⁴⁰ **O SÉCULO**, p. 1, 17 de agosto, 1884.

missão incluía a filantropia e as reformas sociais. Assim manifestou-se o jornal **O Século**: “A população inteira da capital, exceto por uma dúzia de proprietários de escravos, correu a depositar o presente de caridade nas mãos delicadas das generosas senhoras que em troca de seus doces sorrisos juntaram largas somas para a redenção dos cativos”.⁴¹ Vron Ware analisando a participação feminina na abolição norte-americana, comenta que o papel filantrópico atribuído às mulheres da classe média emergente foi um tema fundamental da história do século XIX. Para o autor, a lógica era que elas exerciam um papel importante na sociedade trabalhando para reformas sociais e morais. Parece-nos que a participação das mulheres no movimento abolicionista de Porto Alegre corresponde a esse papel de reformadoras sociais apontado por Vron Ware.⁴²

As comemorações da abolição incluíram também uma significante presença militar: a Escola Militar, a décima-terceira infantaria e a Sociedade Abolicionista “Rio Branco”, constituída de alunos da Escola Militar de Porto Alegre, que participaram ativamente da abolição organizando paradas nas ruas da capital para levantar fundos.⁴³ A presença militar destacada vem confirmar a vocação militar da Província, que como última fronteira da América portuguesa esteve sempre marcada pela presença estratégica dos militares. Seguindo as cerimônias civis, as comemorações religiosas foram celebradas na catedral, onde o bispo celebrou um *Te Deum*, rendendo graças pela extinção da escravatura na cidade, na presença de todo o clero da capital, das autoridades mais importantes, do Centro Abolicionista, dos oficiais militares, magistrados, corpo consular e cidadãos comuns.

CONCLUSÃO PARCIAL

Nessa análise pretendi problematizar a versão oficial da abolição em Porto Alegre e interpretá-la como um discurso construído pelas elites políticas regionais que se apropriaram das tradições libertárias dos gaúchos para legitimar a estratégia abolicionista de concessão de liberdades condicionais à prestação de serviços por um período de até sete anos. Por outro lado, salientei o silêncio desse discurso abolicionista regional, que deixou de fora outras memórias sociais, àquelas construídas pelas

⁴¹ **O SÉCULO**, p. 2, 21 de setembro, 1884.

⁴² WARE, Vron. **Beyond the Pale: White Women, Racism and History**. London: Verso, 1992.

⁴³ **O SÉCULO**, p. 2, 17 de agosto, 1884.

narrativas de lideranças afro-brasileiras, sociedades abolicionistas e clubes negros, que co-existiram com essa versão oficial da abolição e cuja emergência evoca novas interpretações sobre a abolição da escravidão em Porto Alegre. Por último, explorei as festas abolicionistas como performances públicas que em seu aspecto celebratório, pedagogicamente separaram o que deveria ser lembrado do que deveria ser esquecido, legitimando a solução abolicionista encaminhada pelo Centro Abolicionista e fortalecendo a autoridade simbólica das elites políticas regionais. A idéia da invenção de uma abolição branca da liberdade negra foi construída a partir das pistas deixadas por Sandra Pesavento em seu estudo sobre a invenção da sociedade gaúcha. Nesse seu ensaio, mais uma vez, Sandra Pesavento abriu caminhos para interpretações renovadoras da história e da sociedade rio-grandense, fazendo emergir memórias sociais marginais e esquecidas nos discursos hegemônicos. É nesse sentido que esse trabalho segue a sua trilha, buscando reencontrá-la nos instigantes estudos que nos deixou como herança.

